



## PLENÁRIO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**Período: 29/05/2026 a 12/06/2026**

**Local: Sistema Plenário Virtual**

**Procedimentos Extrajudiciais a serem julgados: 102**

### PAUTA

#### Homologações de Procedimentos Extrajudiciais

#### CONSELHEIRO DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA

1. SIMP 000514-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, DENÚNCIA ANÔNIMA

Requerido(s): Município de Açailândia/MA, A APURAR

Ementa: CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INQUÉRITO CIVIL. IPSEMA. SUPOSTO PAGAMENTO INDEVIDO DE RESCISÃO CONTRATUAL A SERVIDORA EFETIVA. ALEGAÇÃO DE LOTAÇÃO EM CARGOS INEXISTENTES. DILIGÊNCIAS INVESTIGATIVAS. COMPROVAÇÃO DA LEGALIDADE DOS PAGAMENTOS. VERBAS DE NATUREZA SALARIAL E INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS NÃO GOZADAS. PREVISÃO NO ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS. AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO OU ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. ATIPICIDADE DAS CONDUTAS. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

2. SIMP 000646-020/2022 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): PJSB - Promotoria de Justiça de São Bernardo/MA

Requerido(s): SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO BERNARDO

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. PATRIMÔNIO PÚBLICO E PROIBIDADE ADMINISTRATIVA. FISCALIZAÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES FEDERAIS DESTINADAS À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO/MA (EXERCÍCIO 2022). SANEAMENTO PROCEDIMENTAL NECESSÁRIO APÓS CORREIÇÃO. CONSTATADA DUPLICIDADE DE INVESTIGAÇÕES. EXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTOS NO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF) COM O MESMO OBJETO E POLO PASSIVO. LITISPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA CONFIGURADA. PRINCÍPIOS DA ECONOMIA PROCESSUAL E DA EFICIÊNCIA. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.





3. SIMP 000957-036/2022 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): CAOP SAÚDE - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Requerido(s): Secretaria de Saúde de São Raimundo do Doca Bezerra

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. TUTELA COLETIVA DA SAÚDE PÚBLICA. ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E COMBATE A ARBOVIROSES (DENGUE, CHIKUNGUNYA E ZIKA). MUNICÍPIO DE SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA/MA. FISCALIZAÇÃO QUANTO À ELABORAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E DIVULGAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA. DILIGÊNCIAS MINISTERIAIS EFETIVAS. COMPROVAÇÃO DE ADOÇÃO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS E APRESENTAÇÃO DO PLANO SANEADOR. PLENO ATENDIMENTO ÀS REQUISIÇÕES E ÀS DIRETRIZES DO CAOP SAÚDE. EXAURIMENTO DO OBJETO DO FEITO FISCALIZATÓRIO. ARQUIVAMENTO FUNDAMENTADO. HOMOLOGAÇÃO.

4. SIMP 000973-276/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): CAMARA MUNICIPAL (MUNICIPIO DE ITAPECURU MIRIM - CAMARA MUNICIPAL)

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. PATRIMÔNIO PÚBLICO E PROIBIDADE ADMINISTRATIVA. MUNICÍPIO DE ITAPECURU MIRIM. 1. DIÁRIOS OFICIAIS ELETRÔNICOS. AUSÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL E ISSN. REGULARIZAÇÃO VOLUNTÁRIA NO CURSO DA INVESTIGAÇÃO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. 2. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2021. VÍCIOS PROCEDIMENTAIS FORMAIS (AUSÊNCIA DE EMPENHO PRÉVIO E DEFICIÊNCIA NA PESQUISA DE PREÇOS). INEXISTÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO OU DANO EFETIVO AO ERÁRIO. ATIPICIDADE À LUZ DA LEI Nº 14.230/2021. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

5. SIMP 001061-507/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): MARIA PAULA AZEVEDO DESTERRO, Município de Paço do Lumiar

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. PATRIMÔNIO PÚBLICO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS SEM COBERTURA CONTRATUAL NO MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR. CONTRATAÇÃO VERBAL CARACTERIZADA EM AFRONTA À LEI DE LICITAÇÕES (LEI Nº 8.666/93). EFETIVA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE PAVIMENTAÇÃO E TAPA-BURACO DEMONSTRADA NOS AUTOS. AUSÊNCIA COMPROVADA DE PAGAMENTO OU DESEMBOLSO POR PARTE DA MUNICIPALIDADE. INEXISTÊNCIA DE LESÃO EFETIVA OU DANO REAL AO ERÁRIO (ART. 10 DA LIA). EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO CONCRETO E DOLO ESPECÍFICO CONFORME AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 14.230/2021. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSUNÇÃO DA CONDUTA AO ROL TAXATIVO DO ARTIGO 11 DA LEI Nº 8.429/92. CONTROVÉRSIA MONETÁRIA DE NATUREZA OBRIGACIONAL JÁ DEVIDAMENTE JUDICIALIZADA NA ESFERA CÍVEL MEDIANTE AÇÃO DE COBRANÇA. AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE DO ATO ÍMPROBO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.





6. SIMP 002344-259/2018 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Requerido(s): Maria Aline de Souza Mendes

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SUPOSTA ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS E AUSÊNCIA DE CONTRAPRESTAÇÃO LABORAL ("FUNCIONÁRIO FANTASMA"). INVESTIGAÇÃO DE VÍNCULO COM A CÂMARA MUNICIPAL DE CODÓ E LABORATÓRIO DA SUCAM. AUSÊNCIA DE PROVA ROBUSTA DE INEXECUÇÃO DAS ATIVIDADES PARLAMENTARES. NATUREZA EXTERNA E FLEXÍVEL DO CARGO COMMISSIONADO. COMPROVAÇÃO DE EFETIVO EXERCÍCIO NO VÍNCULO CONCOMITANTE. ADVENTO DA LEI Nº 14.230/2021. EXIGÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. CONDUTA ATÍPICA NA FORMA CULPOSA. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

7. SIMP 002917-254/2023 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Requerido(s): JOSERLENE SILVA BEZERRA DE ARAUJO

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. PATRIMÔNIO PÚBLICO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. NOTÍCIA DE QUE SERVIDOR MUNICIPAL ESTARIA PRESTANDO SERVIÇOS EM PROPRIEDADE PARTICULAR DE GESTORA PÚBLICA EM CONDIÇÕES DEGRADANTES. INVESTIGAÇÃO DETALHADA. CONSTRATAÇÃO DE QUE OS SERVIÇOS ERAM EXECUTADOS EM ÁREA DE INTERESSE PÚBLICO (PROJETO TURÍSTICO MUNICIPAL). INEXISTÊNCIA DE LOCUPLETAMENTO PRIVADO OU DANO AO ERÁRIO. AFASTAMENTO DE TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT). AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PARA AÇÃO DE IMPROBIDADE. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

8. SIMP 005857-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA ANÔNIMA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. PATRIMÔNIO PÚBLICO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. APURAÇÃO DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS PÚBLICOS PELO INVESTIGADO NOS ANOS DE 2021, 2023 E 2024. INSTRUÇÃO PROCESSUAL. CONTRATAÇÃO DE EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE DEMONSTREM O DOLO ESPECÍFICO OU LESÃO AO ERÁRIO (ART. 11 DA LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO PELA LEI Nº 14.230/2021). ATIPICIDADE DA CONDUTA SOB A ÓTICA DA LEI DE IMPROBIDADE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO FUNDAMENTADA. HOMOLOGAÇÃO.

9. SIMP 005884-254/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): MUNICIPIO DE CAXIAS/MA

Ementa: CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INQUÉRITO CIVIL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). CONSELHO TUTELAR DE CAXIAS/MA. ATRASO NO PAGAMENTO DO ADICIONAL CONSTITUCIONAL DE 1/3 DE FÉRIAS. INVESTIGAÇÃO MINISTERIAL. AUDIÊNCIA EXTRAJUDICIAL. COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO DA VERBA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2025. CONFIRMAÇÃO PELO ÓRGÃO



DESTINATÁRIO. EXAURIMENTO DO OBJETO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

10. SIMP 008279-509/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENUNCIA ANÔNIMA

Requerido(s): MATHEUS DA SILVA PEREIRA, FABRICIO DOS SANTOS SILVA, SIRLEIDE MARINHO DOS SANTOS

Ementa: CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INQUÉRITO CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SUPOSTO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. EX-SECRETÁRIOS E SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR EDISON LOBÃO. INVESTIGAÇÃO DE PATRIMÔNIO DESPROPORCIONAL. DILIGÊNCIAS NOS SISTEMAS LAB-LD (PLUTÃO) E PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE EVOLUÇÃO PATRIMONIAL INCOMPATÍVEL COM A RENDA DECLARADA. INEXISTÊNCIA DE SUPORTE PROBATÓRIO MÍNIMO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

11. SIMP 012087-253/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Associação Maranhense dos Autistas em Imperatriz - AMA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO STRICTO SENSU. INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E PROTEÇÃO À INFÂNCIA. SUPOSTAS AGRESSÕES PRATICADAS POR TERAPEUTA EM CLÍNICA ESPECIALIZADA CONTRA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA). REQUISIÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL DEVIDAMENTE ATENDIDA. COMUNICAÇÃO ÀS PROMOTORIAS ESPECIALIZADAS (INFÂNCIA E SAÚDE) PARA PROVIDÊNCIAS CÍVEIS E PROTETIVAS. ESGOTAMENTO DO OBJETO NA ESFERA ADMINISTRATIVA DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL. DESNECESSIDADE DE CONTINUIDADE DO FEITO ADMINISTRATIVO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

12. SIMP 016296-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Roselene Costa, MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Município de São Luís.

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITO À EDUCAÇÃO. REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ENSINO BÁSICO (UEB SALOMÃO FIQUENE). CONSTATAÇÃO INICIAL DE PRECARIIDADE ESTRUTURAL. DILIGÊNCIAS REALIZADAS PELO ÓRGÃO MINISTERIAL DE ORIGEM. COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E CONCLUSÃO DAS OBRAS. REVITALIZAÇÃO INTEGRAL DA INFRAESTRUTURA E RENOVAÇÃO DO MOBILIÁRIO. SANEAMENTO DAS IRREGULARIDADES. PERDA DO OBJETO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO OU PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.



## CONSELHEIRO EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU

### 1. SIMP 000021-037/2022 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): VALQUIRIA DE SOUSA SILVA

Requerido(s): MUNICIPIO DE POCAO DE PEDRAS

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. PROCESSO SIMP Nº 000021-037/2022. SUPOSTA NEGLIGÊNCIA MÉDICA. ATENDIMENTO INICIAL EM HOSPITAL MUNICIPAL. ÓBITO DE LACTENTE POR COMPLICAÇÕES DE COVID-19. INSTRUÇÃO PROBATÓRIA REALIZADA. PARECER TÉCNICO (ASSTEC/PGJ). CONSTATAÇÃO DE FALHAS FORMAIS. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE DIRETO OU DETERMINANTE. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO (ART. 37, § 6º, CF). NECESSIDADE DE FALHA CONCRETA COMO CAUSA DETERMINANTE DO DANO. JURISPRUDÊNCIA DO STF (ARE 1.404.468/DF). AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA AÇÃO CIVIL PÚBLICA OU IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO.

### 2. SIMP 000133-038/2022 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Nivaldo da Costa Sena, Genival da Costa Sena, Francisco Pereira de Sena Neto

Requerido(s): EQUATORIAL ENERGIA S/A

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 000133-038/2022 - INVESTIGAÇÃO ACERCA DE MORA NA INSTALAÇÃO DE REDE ELÉTRICA EM PROPRIEDADES RURAIS. DILIGÊNCIAS MINISTERIAIS E VISTORIA IN LOCO. CONSTATAÇÃO DE SERVIÇO SATISFATÓRIO À COLETIVIDADE. DEMANDA RESTRITA A DIREITO INDIVIDUAL DISPONÍVEL. AUSÊNCIA DE TRANSINDIVIDUALIDADE E DE RELEVÂNCIA SOCIAL QUALIFICADA. FALTA DE ATRIBUIÇÃO DO PARQUET PARA ATUAÇÃO COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL PRIVADO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. PELO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

### 3. SIMP 000420-067/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, A Sociedade

Requerido(s): MUNICIPIO DE SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. PROCESSO SIMP Nº 000420-067/2024. MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO. GALERIA DE ESGOTO ENTUPIDA. OMISSÃO ADMINISTRATIVA REITERADA. PERSISTÊNCIA DO PROBLEMA POR MAIS DE TRÊS ANOS. CONSTATAÇÃO EMPÍRICA PELO EXECUTOR DE MANDADOS. RECALCITRÂNCIA DO PODER PÚBLICO. INFORMAÇÃO INVERÍDICA PRESTADA PELO MUNICÍPIO AO ÓRGÃO MINISTERIAL. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO. CUMPRIMENTO DAS PROVIDÊNCIAS. RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DO CONFLITO. ARQUIVAMENTO COM RESOLUTIVIDADE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO.





4. SIMP 000882-262/2023 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): PURUS COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM CHAPADINHA

Requerido(s): MUNICÍPIO DE CHAPADINHA, LUCIANO DE SOUZA GOMES

Ementa: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. PROCESSO SIMP Nº 000882-262/2023.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2023. MUNICÍPIO DE CHAPADINHA/MA.

DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA ANTES DA FASE DE LANCES. ORÇAMENTO SIGILOSO. DISTINÇÃO ENTRE PREÇO MÁXIMO E PREÇO ESTIMADO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE. EXCESSO DE FORMALISMO. AUSÊNCIA DE DANO PATRIMONIAL EFETIVO. AUSÊNCIA DE ELEMENTO SUBJETIVO DOLOSO (ART. 1º, § 1º, LEI Nº 14.230/2021). ATO CONSUMADO. NOVA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JÁ CELEBRADA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA AÇÃO CIVIL PÚBLICA OU DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO.

5. SIMP 001200-055/2019 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Maranhão em Santo Antônio dos Lopes

Requerido(s): MUNICÍPIO DE CAPINZAL DO NORTE

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. PROCESSO SIMP Nº 001200-055/2019. PATRIMÔNIO PÚBLICO E IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. IRREGULARIDADES EM PREGÕES PRESENCIAIS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. GESTÃO MUNICIPAL ENCERRADA EM 31/12/2012.

PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL CONSUMADO EM 31/12/2017 - ART. 23, I, DA LEI Nº 8.429/1992 (REDAÇÃO ORIGINAL). RETROATIVIDADE BENÉFICA DA LEI Nº 14.230/2021.

EXIGÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO PARA TODOS OS ATOS DE IMPROBIDADE.

IMPOSSIBILIDADE PRÁTICA DE COMPROVAÇÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO QUALIFICADO. AUSÊNCIA SUPERVENIENTE DE JUSTA CAUSA - TEMA 1.199/STF (ARE 843.989/PR). AUSÊNCIA DE ACERVO DOCUMENTAL NA ADMINISTRAÇÃO ATUAL.

EXAURIMENTO DA INSTRUÇÃO INVESTIGATIVA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO.

6. SIMP 001506-265/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): FABIO RODRIGUES NASCIMENTO

Requerido(s): Secretaria de Urbanismo de Zé Doca

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. PROCESSO SIMP Nº 001506-265/2024. IRREGULARIDADES URBANÍSTICAS. OBSTRUÇÃO DE CALÇADA POR ESTABELECIMENTO COMERCIAL.

OMISSÃO DO GESTOR PÚBLICO. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 11, LEI Nº 8.429/92). INSTRUÇÃO PROCEDIMENTAL. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL. ATENDIMENTO PELA MUNICIPALIDADE. COMPROVAÇÃO MATERIAL DA

DESOBSTRUÇÃO (LAUDO TÉCNICO Nº 001/2025). RESTAURAÇÃO DA LEGALIDADE E DO DIREITO DE IR E VIR. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DA VIA PUNITIVA. RESOLUTIVIDADE ALCANÇADA.

PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO.





7. SIMP 001543-262/2021 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): JET SERV (JETSERV SERVICOS, CONSTRUCOES E LOCACOES LTDA),  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM CHAPADINHA

Requerido(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. PROCESSO SIMP Nº 001543-262/2021. TOMADA DE PREÇOS Nº 022/2021. MUNICÍPIO DE CHAPADINHA/MA. REFORMA E AMPLIAÇÃO DA PRÉ-ESCOLA JOTA COUTINHO. VÍCIOS FORMAIS NO EDITAL. SUBSCRIÇÃO POR PRESIDENTE DA CPL SEM COMPETÊNCIA. CLÁUSULAS RESTRITIVAS À PARTICIPAÇÃO. ADITIVO CONTRATUAL DE 28,60%. AUSÊNCIA DE NOTAS DE EMPENHO PRÉVIAS. COMPETITIVIDADE MATERIALMENTE PRESERVADA. INABILITAÇÃO DA REPRESENTANTE POR DÚVIDA FUNDADA SOBRE A AUTENTICIDADE DE ATESTADOS TÉCNICOS. OBJETO CONTRATUAL ENTREGUE AO MUNICÍPIO. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO E DE PERDA PATRIMONIAL EFETIVA. INVIABILIDADE DA PERSECUÇÃO POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA SOB A ÉGIDE DA LEI Nº 14.230/2021. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO.

8. SIMP 002693-509/2026 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): IOMAR MENDES DE SOUSA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: RECURSO ADMINISTRATIVO. NOTÍCIA DE FATO. PROCESSO SIMP Nº: 002693-509/2026. DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E PROIBIDADE ADMINISTRATIVA. SUPOSTA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA SALARIAL ENTRE SERVIDORES MUNICIPAIS EFETIVOS. CARGOS DE ODONTÓLOGO E CIRURGIÃO BUCOMAXILOFACIAL. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. RESPOSTA DA SEMUS. COMPROVAÇÃO DE CRIAÇÃO LEGAL AUTÔNOMA E ATRIBUIÇÕES DISTINTAS ENTRE OS CARGOS. AUSÊNCIA DE ELEMENTO SUBJETIVO DOLOSO. INOCORRÊNCIA DE LESÃO AO ERÁRIO. REFORMA DA LEI DE IMPROBIDADE (LEI Nº 14.230/2021). PRETENSÃO DE NATUREZA INDIVIDUAL E PATRIMONIAL. INADEQUAÇÃO DA VIA MINISTERIAL. EXAURIMENTO DA ATIVIDADE INVESTIGATÓRIA. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.

9. SIMP 004618-255/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): MUNICÍPIO DE ACAILÂNDIA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 004618-255/2025. SUPOSTAS ILEGALIDADES EM PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (Nº 62/2025). MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA. IDENTIFICAÇÃO DE VÍCIOS INSANÁVEIS: GENERICIDADE DO OBJETO, AUSÊNCIA DE PESQUISA DE PREÇOS, INDÍCIOS DE DIRECIONAMENTO E INCAPACIDADE TÉCNICA DA CONTRATADA. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL. ACATAMENTO PELO ENTE PÚBLICO. REVOGAÇÃO DO CERTAME NO EXERCÍCIO DA AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA. EXAURIMENTO DO OBJETO INVESTIGATÓRIO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.





10. SIMP 005803-253/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): ANTÔNIO ORDILAERTOM DA SILVA AMORIM

Requerido(s): CONSTRUTORA ANGULO LTDA, CANOPUS CONSTRUCOES LTDA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. PROCESSO SIMP Nº 005803-253/2024. DIREITO AMBIENTAL. IMPACTOS DECORRENTES DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS. LANÇAMENTO IRREGULAR DE EFLUENTES. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA (SEMMARH). COMPROVAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. ENTREGA DOS SISTEMAS À CAEMA. RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO Nº 111/2025. EXAURIMENTO DO OBJETO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DA VIA PUNITIVA. RESOLUTIVIDADE ALCANÇADA NA ESFERA EXTRAJUDICIAL . PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO.

11. SIMP 026092-500/2023 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHAO

Requerido(s): SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO, DELEGADO GERAL DE POLICIA CIVIL, Superintendente de Policia Civil da Capital - SPCC

Ementa: INQUÉRITO CIVIL.SIMP Nº 026092-500/2023. ARQUIVAMENTO. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL. INVESTIGAÇÃO DEFLAGRADA POR REPRESENTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA CIVIL (ADEPOL-MA). CONSTATAÇÃO DE DÉFICIT DE PESSOAL, PRECARIIDADE ESTRUTURAL E ESCASSEZ DE RECURSOS MATERIAIS. AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA (ACP Nº 0868424-05.2023.8.10.0001). PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO EM RAZÃO DA JUDICIALIZAÇÃO DA MATÉRIA. RACIONALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO MINISTERIAL. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

12. SIMP 027409-500/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): JOSIANE SANTOS PIRES, MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): SEMCAS

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 027409-500/2024 - ARQUIVAMENTO COM RESOLUTIVIDADE. INSTAURADO PARA APURAR OMISSÃO MUNICIPAL NA OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E TRANSPORTE ESCOLAR NO BAIRRO SÁ VIANA - POLO ITAQUI BACANGA, SÃO LUÍS/MA. REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS PELO ÓRGÃO MINISTERIAL, COM EXPEDIÇÃO REITERADA DE OFÍCIOS À SEMED E REALIZAÇÃO DE REUNIÃO PRESENCIAL COM A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. COMPROVAÇÃO DE ENCAMINHAMENTO DAS DEMANDAS COLETIVAS E PLANEJAMENTO DE PROVIDÊNCIAS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE JUSTIFIQUEM A CONTINUIDADE DA INVESTIGAÇÃO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO INTEGRAL SEM TAC, COM RESOLUTIVIDADE. HOMOLOGAÇÃO PELO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.





## CONSELHEIRO JOAQUIM HENRIQUE DE CARVALHO LOBATO

### 1. SIMP 000160-044/2018 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Maranhão - PJ de Pio XII

Requerido(s): Município de Pio XII

Ementa: Inquérito Civil. Procedimento instaurado a partir de termo de declaração subscrito por Cristino de Arruda Andrade Filho, noticiando supostas irregularidades na prestação de contas do Registro de Preço nº 01/2017, consistente, em tese, na aquisição de peças de manutenção para os veículos pertencentes ao Município de Pio XII, sem a devida observância das formalidades legais e dos princípios que regem a Administração Pública. Análise técnica da ASSTEC identificando irregularidades formais e materiais no Pregão Presencial nº 014/2017. Ausência de elementos que comprovem dolo específico ou dano efetivo ao erário. Consumação da prescrição da pretensão punitiva com base na Lei nº 14.230/2021. Cumprimento da finalidade investigativa. Arquivamento homologado.

### 2. SIMP 000278-262/2019 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM CHAPADINHA

Requerido(s): MUNICIPIO DE CHAPADINHA-MA

Ementa: Inquérito Civil. Instauração iniciada a partir de notícia de fato relativa a supostas irregularidades no Pregão Presencial nº 08/2019 do Município de Chapadinha, destinado à contratação de serviços gráficos. Apontamentos consistentes na ausência de estudos de custos, deficiência de publicidade em sítios eletrônicos, inexistência de condições adequadas para recebimento do objeto e falta de designação de fiscal do contrato. Diligências realizadas. Irregularidades de natureza meramente formal, desacompanhadas de indícios de dolo ou má-fé do gestor municipal, bem como de elementos probatórios aptos a justificar o prosseguimento das investigações. Reconhecimento da prescrição para fins de improbidade administrativa. Perda superveniente do objeto. Arquivamento homologado.

### 3. SIMP 000438-074/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): CONSELHO TUTELAR DE PARNARAMA

Requerido(s): JOÃO VICTOR, ROSIMEIRE OLIVEIRA DA SILVA

Ementa:

### 4. SIMP 000471-004/2018 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - (PJ Santa Rita)

Requerido(s): MUNICIPIO DE SANTA RITA

Ementa: Inquérito Civil instaurado para apurar possíveis atos de improbidade administrativa e dano ao erário decorrente da inexecução do Contrato nº 045/2017, celebrado entre o Município de Santa Rita e a empresa TOP Construção e Pavimentação Ltda., cuja finalidade consistia na construção de uma ponte interligando os povoados de Areias e Porto Alegre. Promoção de arquivamento. Constatação, após diligências, de que a situação que ensejara a abertura do inquérito civil restou devidamente solucionada, a partir de atuação resolutive do Parquet. Ausência de comprovação de dolo específico, desvio de finalidade ou enriquecimento ilícito, à luz





das alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021. Irregularidades que se inserem no âmbito do inadimplemento contratual e da ineficiência administrativa, passíveis de apuração por vias próprias. Cumprimento da finalidade do feito. Falta de justa causa para manutenção do procedimento. Inexistência de elementos que demonstrem lesão a interesses difusos a embasar a propositura de ação civil pública. Arquivamento homologado.

5. SIMP 000552-061/2020 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Requerido(s): MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DOS PATOS

Ementa: Procedimento preparatório instaurado com o objetivo de apurar supostas irregularidades na dispensa de licitação nº 14/2020 realizadas pelo Município de São João dos Patos, destinadas à aquisição de medicamentos, insumos e serviços voltados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19 a partir de notícia veiculada em meio de comunicação no sentido de que a contratação teria se efetivado em elevado valor. Realização de diligências, com expedição e reiteração de ofícios, requisição de processos administrativos e análise de dados constantes do portal da transparência. Identificação inicial de inconsistências formais nos procedimentos de contratação. Posterior juntada de documentação administrativa, incluindo contratos, termos de ratificação, justificativas e parecer jurídico. Ausência de comprovação de desvio de recursos, dano ao erário ou irregularidade material. Contexto excepcional regido pela Lei nº 13.979/2020. Incidência das alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021. Decurso temporal significativo. Perda de utilidade da persecução. Cumprimento da finalidade do feito. Inexistência de justa causa para propositura de ação civil pública. Arquivamento homologado.

6. SIMP 000552-509/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Condomínio Lyon

Requerido(s): DIMENSAO ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA., CAEMA (COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO-CAEMA)

Ementa:

7. SIMP 000824-260/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Maranhão

Requerido(s): Município de Rosário

Ementa: PROCESSO ENCAMINHADO PARA INCLUSÃO EM PAUTA VIRTUAL

8. SIMP 000866-264/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Município de Araiões, MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): GCMs de Araiões

Ementa: Inquérito Civil. Instauração iniciada a partir de denúncia anônima registrada junto à Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão, sob o protocolo nº 33605102024, com o objetivo de apurar suposto desvio de função dos Guardas Civis Municipais (GCMs) Givanilton Nunes da Silva e Sérgio Machado dos Santos que estariam atuando há longo período na Delegacia de Polícia Civil e na Promotoria de Justiça de Araiões respectivamente. Promoção de arquivamento. Constatação, após diligências, de que as cessões dos servidores estão em consonância com a Lei Federal nº 13.022/2014 e legislações municipais correlatas. Inexistência de comprovação de dolo específico, desvio de finalidade ou prejuízo ao erário, conforme as





alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021. Atuação dos servidores restrita à proteção de prédios públicos e cooperação interinstitucional legítima. Falta de justa causa para manutenção do procedimento. Arquivamento homologado.

9. SIMP 002383-254/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): NATANAEL DA SILVA CARDOSO

Ementa: Inquérito Civil. Instauração a partir do Ofício nº 15/2025CT, oriundo do Conselho Tutelar de Aldeias Altas/MA, noticiando situação de vulnerabilidade social vivenciada pelas menores T.N.D.S.C. e R.N.D.S.C., em razão de suposta exploração de trabalho infantil, além de indícios de afronta a direitos fundamentais e ocorrência de maus-tratos atribuídos à genitora, Thais dos Santos Rodrigues, e ao seu companheiro, Francinaldo Carlos de Sousa Mourão. Investigação policial que não confirmou indícios materiais de maus-tratos físicos, mas revelou denúncia superveniente de abuso sexual pelo padrasto. Guarda provisória deferida ao genitor pelo Juízo da 3ª Vara Cível de Caxias (Processo nº 0805431-65.2025.8.10.0029), encontrando-se as menores em ambiente paterno seguro e harmônico. Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas Criminais em tramitação na 3ª Vara Criminal de Caxias (Processo nº 0800619-43.2026.8.10.0029). Perda superveniente do objeto. Cumprimento da finalidade do feito na esfera extrajudicial. Falta de justa causa para manutenção do procedimento. Ausência de elementos que justifiquem a propositura de ação civil pública autônoma. Arquivamento homologado.

10. SIMP 002841-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE ALDEIAS ALTAS/MA

Ementa: Inquérito Civil. Procedimento instaurado a partir de representação anônima encaminhada pela Ouvidoria do Ministério Público Estadual, noticiando suposta ocorrência de acumulação indevida de cargos por parte da Secretária Municipal de Educação e da Primeira-dama de Aldeias Altas, inclusive com a percepção de remuneração sem a correspondente contraprestação laboral. Promoção de arquivamento por inexistência de irregularidade administrativa e alteração legislativa superveniente. Instrução probatória com colheita de registros de frequência e documentos funcionais. Advento da Emenda Constitucional nº 138/2025, que passou a permitir expressamente a acumulação de cargo de professor com outro de qualquer natureza. Comprovação da compatibilidade de horários e do efetivo exercício das funções. Ausência de elementos indicativos de ato de improbidade ou afronta aos princípios da Administração Pública. Arquivamento homologado.

11. SIMP 002916-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA SIGILOSA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: Procedimento Preparatório. Instauração iniciada a partir de denúncia anônima encaminhada pela Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão, noticiando suposta prática de improbidade administrativa consistente em nepotismo por parte do Presidente da Câmara Municipal de Itapecuru Mirim, Ronilson Costa Cardoso, ao nomear sua cunhada, Maria do Socorro Everton Cardoso, para o cargo comissionado de Diretora Administrativa e Financeira, além de descumprimento do edital de concurso público nº 001/2023 e desvio de função de outros





servidores. Constatação, após diligências, de que a servidora apontada em situação de nepotismo foi exonerada a pedido (Portaria nº 051/2025), não fazendo mais parte do quadro de servidores da municipalidade. Perda superveniente do objeto e saneamento da irregularidade. Ausência de elementos probatórios mínimos quanto às demais alegações. Cumprimento da finalidade do feito. Inexistência de justa causa para a continuidade da investigação ou para a propositura de ação civil pública. Arquivamento homologado.

12. SIMP 005322-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA ANÔNIMA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: Inquérito Civil. Instauração iniciada a partir de denúncia anônima recebida pela Ouvidoria do Ministério Público Estadual, narrando discrepância salarial injustificada entre servidores comissionados ocupantes do mesmo cargo de "Assessor Parlamentar" na Câmara Municipal de João Lisboa. Promoção de arquivamento. Atuação resolutiva do Ministério Público por meio da Recomendação nº 01/2026, orientando a equalização dos vencimentos e a interrupção imediata de gratificações sem amparo legal. Acatamento integral pela Casa Legislativa com a comprovação de ajuste dos subsídios ao patamar legal e exercício do poder de autotutela administrativa. Regularização da situação fática com saneamento das irregularidades na folha de pagamento. Exaurimento do objeto do feito. Ausência de elementos que evidenciem enriquecimento ilícito, dano ao erário ou dolo específico, nos termos da Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021. Inexistência de justa causa para o prosseguimento da apuração ou ajuizamento de ação civil pública. Arquivamento homologado.

13. SIMP 006568-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, Esta é uma manifestação anônima.

Requerido(s): Município de Açailândia/MA, A APURAR

Ementa: Inquérito Civil. Instauração iniciada a partir de denúncia anônima recebida pela Ouvidoria do Ministério Público Estadual, narrando possível violação aos princípios da moralidade e impessoalidade em razão do então Assessor de Comunicação da Prefeitura de Açailândia, Jonas Leite de Sousa, figurar como sócio administrador da empresa Açai Mídia Assessoria e Marketing LTDA, prestadora de serviços de publicidade à Câmara Municipal de Açailândia. Promoção de arquivamento. Constatação, após de diligências, de que o investigado foi exonerado do cargo público, afastando-se o vínculo funcional que ensejava a incompatibilidade. Regularização da situação fática com cessação do potencial conflito de interesses. Exaurimento do objeto do feito. Ausência de elementos que evidenciem enriquecimento ilícito, dano ao erário ou dolo específico, nos termos da Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021. Inexistência de justa causa para o prosseguimento da apuração ou ajuizamento de ação civil pública. Arquivamento homologado.

14. SIMP 006632-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Joice Chrystine Santos Borges

Requerido(s): A APURAR

Ementa: Procedimento preparatório. Instauração iniciada a partir de representação formulada perante a Ouvidoria do Ministério Público, noticiando supostas irregularidades no rito de posse e entrada em exercício de candidatos aprovados no concurso público promovido pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED), consistentes na ausência de transparência nas convocações,



na utilização informal do aplicativo WhatsApp para comunicações oficiais e na imposição de óbices indevidos à investidura da noticiante, Joice Chrystine Santos Borges, sob a alegação de acúmulo ilícito de cargos. Promoção de arquivamento. Constatação, após de diligências, de que houve judicialização da demanda por meio de Mandado de Segurança (nº 0866236-68.2025.8.10.0001). Investidura no cargo operada administrativamente após a concessão de medida liminar judicial em 25/08/2025. Regularização da situação fática com a satisfação da pretensão da interessada e perda superveniente do objeto. Exaurimento da investigação. Ausência de elementos que evidenciem enriquecimento ilícito, dano ao erário ou dolo específico, nos termos da Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021. Inexistência de justa causa para o prosseguimento da apuração ou ajuizamento de ação civil pública. Arquivamento homologado.

15. SIMP 013110-253/2019 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): ANÔNIMO

Requerido(s): FRANCISCO DE ASSIS ANDRADE RAMOS, A APURAR

Ementa: Inquérito civil instaurado a partir de representação anônima apresentada ao Ministério Público Estadual, noticiando possível prática de ato de improbidade administrativa por Francisco de Assis Andrade Ramos, então Prefeito de Imperatriz, consistente na aquisição da propriedade rural denominada "Fazenda São Francisco", localizada no Município de Itinga do Maranhão, por valores, em tese, incompatíveis com sua evolução patrimonial e rendimento oficialmente declarado. Superveniência de decisão judicial no âmbito do habeas corpus nº 0818122-77.2020.8.10.0000, que determinou o trancamento do Procedimento Investigatório Criminal n.º 13.042/2020 e todos decorrentes deste. Retomada das medidas quanto aos demais aspectos. Exaurimento da atividade investigatória, com realização de diligências fiscais, patrimoniais e notariais, inclusive com atuação conjunta com o GAECO. Ausência de elementos probatórios mínimos quanto à origem ilícita dos recursos ou ocultação patrimonial. Incidência das alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021. Cumprimento da finalidade do feito. Cisão do objeto investigativo, com remessa de elementos a procedimento autônomo. Inexistência de justa causa para propositura de ação civil pública quanto ao núcleo atingido pela decisão judicial. Arquivamento parcial homologado.

16. SIMP 025223-500/2020 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO CHAPADINHA/MA

Requerido(s): FRANCISCA DAS CHAGAS GONCALVES SIMOES

Ementa: Inquérito civil. Instauração iniciada a partir do recebimento do Ofício OFC-CSERVCGJ-12302020, contendo cópia integral dos autos do DIGIDOC 49291/2016, cujo objeto era apurar a ausência de prestação de contas de selos pendentes pela ex-interina da Serventia Extrajudicial de Mata Roma, Francisca das Chagas Gonçalves Simões, no exercício que perdurou de 2011 a 2016. Diligências realizadas junto ao Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ) e à Procuradoria Geral do Estado (PGE). Constatada a natureza gratuita de parte dos selos, o que impede a liquidez do débito. Reconhecimento de decadência administrativa quanto aos demais selos (do tipo geral), por decurso de prazo superior a 5 (cinco) anos do lançamento. Prescrição da pretensão sancionatória de improbidade administrativa verificada, ante o decurso do prazo quinquenal, a contar da cessação do vínculo (2016). Ausência de dolo e de elementos que indiquem ilícito penal, restando configurada mera desorganização administrativa. Falta de justa causa para o prosseguimento do feito. Arquivamento homologado.



17. SIMP 026556-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL

Requerido(s): LUCAS TAVARES

Ementa: Procedimento preparatório instaurado a partir de comunicação encaminhada pelo Batalhão de Polícia Ambiental, consubstanciada no Relatório de Fiscalização nº 34/2025-BPA, noticiando a ocorrência de suposto ilícito ambiental consistente no desmatamento de área inserida no Parque Estadual do Bacanga, no Município de São Luís. Promoção de arquivamento. Constatação de que os fatos já se encontram em apuração no âmbito de outro órgão ministerial. Duplicidade de investigações. Prevenção. Ausência de justa causa para prosseguimento do feito. Arquivamento homologado.

18. SIMP 036315-500/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Ementa: Inquérito civil instaurado a partir de inspeção técnica, com o objetivo de apurar deficiências estruturais na Unidade de Educação Básica Maria José Aragão Infantil, no Município de São Luís, notadamente quanto à necessidade de medidas voltadas ao reforço da segurança, incluindo a elevação do muro localizado na parte posterior do estabelecimento. Realização de diligências, com expedição e reiteração de ofícios à Secretaria Municipal de Educação e à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, requisição de informações e acompanhamento das providências administrativas. Apresentação posterior de respostas, realização de reunião institucional e encaminhamento de proposta de Termo de Ajustamento de Conduta. Ausência de comprovação de omissão administrativa qualificada ou de lesão concreta ao direito à educação. Atuação resolutiva do Ministério Público. Cumprimento da finalidade do feito. Inexistência de justa causa para propositura de ação civil pública. Arquivamento homologado.

19. SIMP 045629-500/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Ementa: Inquérito civil. Instauração iniciada a partir de inspeção técnica feita na Unidade de Educação Básica (UEB) Professor Luís Rêgo, situada no Município de São Luís, na qual se constatou a necessidade de reconstrução da rampa de acesso às salas de aula situadas na área inferior. Adoção de diligências instrutórias, com expedição de ofícios requisitórios à Secretaria Municipal de Educação (SEMED), realização de reunião institucional e emissão de Recomendação Administrativa. Saneamento posterior da irregularidade apontada. Perda superveniente do objeto. Atuação resolutiva do Ministério Público. Desmembramento para apuração de outras irregularidades em procedimentos autônomos. Promoção de arquivamento.



## CONSELHEIRA REGINA MARIA DA COSTA LEITE

### 1. SIMP 000562-274/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MANOEL SOARES LOPES, MARIA LUCIA NAZARENO PEREIRA, VICTOR PEREIRA VIEIRA

Requerido(s): MUNICIPIO DE BALSAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 000562-274/2025. INSTAURADO PARA APURAR FALTAS ESCOLARES CAUSADAS PELA AUSÊNCIA DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA ZONA URBANA E RURAL DE BALSAS/MA. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. COMPROVAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE INTERRUPTÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR. REGULARIDADE DA FREQUÊNCIA ESCOLAR. INEXISTÊNCIA DE DANO OU RISCO AO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO. CONSTATAÇÃO DE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS. POSSÍVEL LESÃO AO ERÁRIO. MATÉRIA AFETA À TUTELA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E À PROIBIDADE ADMINISTRATIVA. REMESSA DE CÓPIAS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA COM ATRIBUIÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO NO ÂMBITO DA PROMOTORIA DE ORIGEM. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

### 2. SIMP 000938-029/2021 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM AMARANTE DO MARANHÃO

Requerido(s): VANDERLY GOMES MIRANDA, Prefeitura Municipal de Amarante do Maranhão

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 000938-029/2021. INSTAURADO PARA APURAR A REGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ALLIANÇA CONTABILIDADE MUNICIPAL EIRELI, CNPJ Nº 35.536.498/0001-96, PELO MUNICÍPIO DE AMARANTE DO MARANHÃO, NO ANO DE 2021. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. NÃO CONFIRMAÇÃO DA DENÚNCIA ORIGINAL. CONTRATAÇÃO DA EMPRESA INVESTIGADA PRECEDIDA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ART. 11, §4º, DA LEI Nº 8.429/92. INEXISTÊNCIA DE LESIVIDADE RELEVANTE AO BEM JURÍDICO TUTELADO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

### 3. SIMP 000980-264/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Município de Araiões

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 000980-264/2024. INSTAURADO PARA APURAR O SUPOSTO DESCUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS POR PARTE DO MUNICÍPIO DE ARAIOSES E DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. PENDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ARAIOSES RELATIVA A VALORES RETROATIVOS. DISCUSSÃO DO QUANTUM DEBEATUR EM SEDE DE EMBARGOS À EXECUÇÃO OPOSTOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE DO MARANHÃO.





AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DOLO ESPECÍFICO. NECESSIDADE DE ELEMENTO SUBJETIVO PARA CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. MERA MORA OU INADIMPLEMENTO NÃO CARACTERIZA, POR SI SÓ, IMPROBIDADE. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

4. SIMP 001306-261/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, A Sociedade

Requerido(s): MARIA RITA SOUSA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 001306-261/2024. INSTAURADO PARA APURAR SUPOSTO ACÚMULO ILEGAL DE VENCIMENTOS DE APOSENTADORIA COM REMUNERAÇÃO DE CARGO PÚBLICO EFETIVO E O REGULAR EXERCÍCIO DESTES CARGOS POR PARTE DE MARIA RITA SOUSA. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. AUSÊNCIA DE DOLO. INEXISTÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO OU ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. EXIGÊNCIA DE ELEMENTO SUBJETIVO NOS TERMOS DA LEI Nº 8.429/1992, COM REDAÇÃO DA LEI Nº 14.230/2021. IRREGULARIDADES SANADAS NA ESFERA ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA AÇÃO DE IMPROBIDADE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

5. SIMP 001315-509/2019 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA SIGILOSA

Requerido(s): PREFEITURA DE FORMOSA DA SERRA NEGRA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 001315-509/2019. INSTAURADO PARA APURAR AS IRREGULARIDADES CONSTANTES NA FOLHA DE PAGAMENTO DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DE SERRA NEGRA, NO ANO DE 2019. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. COMPROVAÇÃO DA CESSAÇÃO DA CONDUTA DENUNCIADA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL (ART. 23, I, DA LEI Nº 8.429/92, REDAÇÃO ORIGINAL). AUSÊNCIA DE LASTRO PROBATÓRIO SUFICIENTE PARA EVENTUAL RESPONSABILIZAÇÃO. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS QUANTO A FATOS CONEXOS EM PROCEDIMENTO AUTÔNOMO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

6. SIMP 001378-509/2022 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA SIGILOSA

Requerido(s): HOSPITAL SAO LUIS - HSLZ LTDA.

Ementa: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. SIMP Nº 001378-509/2022. INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO HOSPITAL SÃO LUÍS (HSLZ) E NO HOSPITAL DO SERVIDOR ESTADUAL (HSE), EM SÃO LUÍS/MA. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. CONSTATAÇÃO DE INCONSISTÊNCIAS ESTRUTURAIS E SANITÁRIAS. EXISTÊNCIA DE INQUÉRITO CIVIL EM TRÂMITE COM OBJETO MAIS AMPLO E ABRANGENTE. IDENTIDADE DE OBJETO E DE POLO PASSIVO. DUPLICIDADE DE PROCEDIMENTOS. PRINCÍPIOS DA





EFICIÊNCIA E DA ECONOMIA ADMINISTRATIVA. REMESSA DE CÓPIA DOS AUTOS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À CONTINUIDADE DAS INVESTIGAÇÕES. MEDIDA DE RACIONALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO MINISTERIAL. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE FEITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

7. SIMP 001483-262/2019 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM CHAPADINHA

Requerido(s): MUNICIPIO DE CHAPADINHA-MA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 001483-262/2019. INSTAURADO PARA APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2018. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. IRREGULARIDADES APONTADAS EM PARECER TÉCNICO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS MÍNIMOS APTOS À CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DOLO ESPECÍFICO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DANO AO ERÁRIO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO SANCIONATÓRIA. INVIABILIDADE DE AÇÃO RESSARCITÓRIA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP

8. SIMP 002440-255/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): RAIMUNDA FERREIRA DOS SANTOS, MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): A Sociedade

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 002440-255/2025. INSTAURADO PARA APURAR SUPOSTA NEGLIGÊNCIA FAMILIAR EM DESFAVOR DA IDOSA RAIMUNDA FERREIRA DOS SANTOS. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. FALECIMENTO DA INTERESSADA NO CURSO DA INSTRUÇÃO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. INTERESSE PROCESSUAL PREJUDICADO. ESVAZIAMENTO DO SUPORTE FÁTICO QUE JUSTIFICAVA A ATUAÇÃO MINISTERIAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA O PROSSEGUIMENTO DO PROCEDIMENTO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº 10/2009 DO CPMP.

9. SIMP 003832-509/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Marco Aurélio Goulart dos Santos

Requerido(s): A APURAR

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 003832-509/2024. INSTAURADO PARA APURAR SUPOSTA PRETERIÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO E EXCESSO DE CARGOS COMISSIONADOS. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. INTERVENÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA. REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DENUNCIADA. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. LEI N.º 14.230/2021. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.





10. SIMP 003869-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Anônimo

Requerido(s): A apurar

Ementa: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO SIMP Nº 003869-509/2025. INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEL ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS PÚBLICOS POR SERVIDORES NOMEADOS PARA O CARGO DE AGENTE DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA, EM SUPOSTA VIOLAÇÃO AO ART. 37, INCISO XVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. CONSTATAÇÃO INICIAL DE INDÍCIOS DE ACUMULAÇÃO IRREGULAR. POSTERIOR REGULARIZAÇÃO FUNCIONAL DOS SERVIDORES. EXONERAÇÃO E TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA NÃO REMUNERADA. CESSAÇÃO DA IRREGULARIDADE. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO E DE LESÃO OU RISCO RELEVANTE AO BEM JURÍDICO TUTELADO. LEI Nº 8.429/1992, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

11. SIMP 005807-253/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): A apurar

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 005807-253/2024. INSTAURADO PARA APURAR IRREGULARIDADES E POSSÍVEIS ILEGALIDADES NO ABATE DE ANIMAIS BOVINOS E SUÍNOS, NO MANEJO INADEQUADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (OSSADAS) E NO DESCARTE IRREGULAR DE EFLUENTES LÍQUIDOS, NA ÁREA DO MATADOURO PÚBLICO MUNICIPAL DE IMPERATRIZ. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES AMBIENTAIS E SANITÁRIAS. EXISTÊNCIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA POR OUTRO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COM OBJETO CORRELATO. UTILIZAÇÃO DOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS PRODUZIDOS NO PROCEDIMENTO EXTRAPROCESSUAL. AUSÊNCIA DE DILIGÊNCIAS REMANESCENTES OU DE PROVIDÊNCIAS AUTÔNOMAS A SEREM ADOTADAS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO NO ÂMBITO DA PROMOTORIA DE ORIGEM. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

12. SIMP 005873-252/2017 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Maria do Carmo Dias

Requerido(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 005873-252/2017. INSTAURADO PARA APURAR A EXECUÇÃO INADEQUADA DO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, SITUADO NA ALAMEDA MATEUZINHO, Nº 650, BAIRRO MATEUZINHO, NO MUNICÍPIO DE TIMON/MA. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. INÉRCIA DO ENTE MUNICIPAL. AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM IDENTIDADE INTEGRAL DE OBJETO. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR NA ESFERA ADMINISTRATIVA. ARQUIVAMENTO PROMOVIDO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO CSMP N.º 11/22. PROCESSO JUDICIAL QUE ABRANGE TODO O OBJETO DA INVESTIGAÇÃO MINISTERIAL. DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO





PELO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. REMESSA PARA CIÊNCIA.

13. SIMP 010911-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Maria do Ramo Correia, MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Secretaria Municipal da Criança e da Assistência Social (SEMCAS)

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 010911-500/2025. INSTAURADO PARA APURAR A SUPOSTA OMISSÃO QUANTO À AUSÊNCIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO BAIRRO CAMBOA DOS FRADES. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. TENTATIVA DE SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL INFRUTÍFERA. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA. INÉRCIA DO ENTE MUNICIPAL. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO PARA PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA. REMESSA DE PEÇAS DE INFORMAÇÃO PARA PROSSEGUIMENTO DAS APURAÇÕES. ESGOTAMENTO DAS MEDIDAS NO ÂMBITO DA PROMOTORIA DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE OMISSÃO MINISTERIAL. CONTINUIDADE DA TUTELA DO INTERESSE COLETIVO ASSEGURADA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO NA PROMOTORIA DE ORIGEM. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

14. SIMP 020348-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): João Gonçalves, MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Município de São Luís.

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 020348-500/2025. INSTAURADO PARA APURAR A SUPOSTA OMISSÃO QUANTO À AUSÊNCIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO ACESSO AO BAIRRO SÃO BRUNO, ESPECIALMENTE NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE O RETORNO DO MARACANÃ E O BAIRRO TINAÍ. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. INEFICÁCIA DAS MEDIDAS EXTRAJUDICIAIS ADOTADAS. OMISSÃO MUNICIPAL. MATÉRIA AFETA À TUTELA DO MEIO AMBIENTE URBANO E DA INFRAESTRUTURA PÚBLICA. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO EM FAVOR DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE. REMESSA INTEGRAL DOS AUTOS AO ÓRGÃO COM ATRIBUIÇÃO. CONTINUIDADE DA PERSECUÇÃO ASSEGURADA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO NA PROMOTORIA DE ORIGEM. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

15. SIMP 028508-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Benedito Fiares de Almeida, MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): MUNICIPIO DE SÃO LUÍS e OUTROS

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 028508-500/2025. INSTAURADO PARA APURAR A SUPOSTA OMISSÃO QUANTO À AUSÊNCIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA RUA DA PIÇARREIRA, NO BAIRRO MATA DE ITAPERÁ. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. SOLUÇÃO PARCIAL DA DEMANDA. REGULARIZAÇÃO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. PERSISTÊNCIA DE OMISSÃO QUANTO À PAVIMENTAÇÃO DA VIA. ESGOTAMENTO DAS MEDIDAS EXTRAJUDICIAIS NO ÂMBITO DA PROMOTORIA DE ORIGEM. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO À PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA COMPETENTE PARA EVENTUAL JUDICIALIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE DESCONTINUIDADE NA TUTELA DO INTERESSE PÚBLICO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO





NA PROMOTORIA DE ORIGEM. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

16. SIMP 030850-500/2023 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Requerido(s): SEMURH - SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E HABITAÇÃO

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SIMP Nº 030850-500/2023. INSTAURADO PARA APURAR A REAL CONDIÇÃO DA OBRA DE REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA MIGUEL MEIRELES, LOCALIZADA NA AVENIDA DOS PORTUGUESES, NA ENTRADA DO BAIRRO DA VILA EMBRATEL, NA ÁREA DO ITAQUI BACANGA, SÃO LUÍS-MA. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. CONSTATAÇÃO DE BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA ESTRUTURA EXISTENTE. AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADE URBANÍSTICA, DANO AMBIENTAL OU LESÃO A INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS. INEXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP C/C ARTIGO 13 DA RESOLUÇÃO Nº10/2009 DO CPMP.

### **CONSELHEIRA MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO**

1. SIMP 000222-044/2022 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): CARLOS IVAN GATINHO CASTRO

Requerido(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE PIO XII

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 000222-044/2022. APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIO XII/MA. RELATÓRIO DO DENASUS. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. VERBAS FEDERAIS ORIUNDAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). DECLÍNIO E ENCAMINHAMENTO DE CÓPIAS AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES NO ÂMBITO ESTADUAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO N. 23/2007 DO CNMP E ART. 107 DA RESOLUÇÃO N. 09/2019-CSMP-MA.

2. SIMP 000271-074/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Nicolly Larissa Ferreira Barbosa

Requerido(s): Fredson Virgino Barbosa

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 000271-074/2025. PROCEDIMENTO INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEL IRREGULARIDADE AOS DIREITOS DA MENOR N. L. F. B. ABUSO SEXUAL. REVITIMIZAÇÃO. MEDIDAS





EXTRAJUDICIAIS ADOTADAS. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REGULARIDADE PROCEDIMENTAL VERIFICADA. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007-CNMP E ART. 107 DA RESOLUÇÃO Nº 09/2019-CSMP.

3. SIMP 000319-067/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): SERGIO MARTINS DE SOUZA DE QUEIROZ

Requerido(s): MUNICIPIO DE SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO

Ementa: NOTÍCIA DE FATO SIMP Nº 000319-067/2025. DIREITO À EDUCAÇÃO. PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE).

COMPROVAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PARA ATINGIMENTO DOS ÍNDICES DO IDEB.

AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE

CARACTERIZEM ILÍCITO ADMINISTRATIVO OU OMISSÃO RELEVANTE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

REMESSA DOS AUTOS AO CSMP/MA. NÃO CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL OU REGIMENTAL.

BAIXA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA PARA ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 5º DA RESOLUÇÃO

N. 174/2007 DO CNMP C/C ART. 110 DA RESOLUÇÃO N. 09/2019 DO CSMP/MA.

4. SIMP 000578-509/2019 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): ALBERTO CARLOS PEREIRA JÚNIOR

Requerido(s): MUNICIPIO DE CHAPADINHA-MA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 000578-509/2019. PROCEDIMENTO INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEIS

IRREGULARIDADES NO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018 DO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA. SISTEMA DE

PAGAMENTO DE TRIBUTOS VIA CARTÃO DE CRÉDITO E DÉBITO. AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO E DE DOLO

ESPECÍFICO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REGULARIDADE PROCEDIMENTAL VERIFICADA. REMESSA DOS

AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 107 DA RESOLUÇÃO Nº 09/2019

CSMP.

5. SIMP 000624-276/2017 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL "ITAPECURU-MIRIM

Requerido(s): MAGNO ROGERIO SIQUEIRA AMORIM, ROZANA SOUZA MENDES AMORIM, MIRIAN DE JESUS SIQUEIRA AMORIM, WILSON AIRES, WILMA LUCINA CORREA CABRAL AMORIM, TECHMASTER ENGENHARIA E DESENVOLVIMENTO LTDA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 000624-276/2017. DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE

ADMINISTRATIVA. APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM ASSUNÇÃO DE





ENCARGOS PELO  
MUNICÍPIO NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS  
INVESTIGATÓRIAS.  
PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. AUSÊNCIA DE PROVA DE DOLO ESPECÍFICO.  
AUSÊNCIA DE  
FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROMOÇÃO DE  
ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS  
AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 10 DA  
RESOLUÇÃO N. 23/2007 DO  
CNMP E ART. 107 DA RESOLUÇÃO N. 09/2019-CSMP-MA.

6. SIMP 000839-262/2022 (Protocolo Eletrônico)  
Requerente(s): REGINA FRANCISCA COSTA BEZERRA SOUSA, NATALIA DE CASTRO  
CORREA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM CHAPADINHA  
Requerido(s): MARIA DUCILENE PONTES CORDEIRO  
Ementa: INQUÉRITO CIVIL. SUPOSTA PRÁTICA DE ASSÉDIO MORAL E VIOLAÇÃO A  
PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS.  
SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS. RELAÇÃO FUNCIONAL DE NATUREZA INDIVIDUAL.  
AUSÊNCIA DE  
INTERESSE DIFUSO, COLETIVO OU INDIVIDUAL INDISPONÍVEL. EXERCÍCIO REGULAR DO  
PODER DE GESTÃO  
ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.  
PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.  
REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS  
DO ART. 10 DA  
RESOLUÇÃO N. 23/2007-CNMP C/C ART. 107 DA RESOLUÇÃO N. 09/2019 CSMP/MPMA.

7. SIMP 000916-506/2025 (Protocolo Eletrônico)  
Requerente(s): INGRID DOS SANTOS SOUZA  
Requerido(s): A Sociedade  
Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 000916-506/2025. CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE  
POLICIAL. APURAÇÃO DE  
CONDUTA DE ESCRIVÃ DE POLÍCIA CIVIL. DILIGÊNCIAS INSTRUTÓRIAS. CONSTATAÇÃO  
DE DIVERGÊNCIAS  
OPERACIONAIS E FALHAS DE COMUNICAÇÃO NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO DA  
UNIDADE. AUSÊNCIA DE  
INDÍCIOS DE ILÍCITO PENAL OU VIOLAÇÃO A INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.  
EXISTÊNCIA DE  
PROCEDIMENTO CORREICIONAL INTERNO NA POLÍCIA CIVIL EM ANDAMENTO. ATUAÇÃO  
DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO DESNECESSÁRIA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO  
CSMP. HOMOLOGAÇÃO  
DO ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO N. 23/2007 DO CNMP E  
ART. 107 DA RESOLUÇÃO  
N. 09/2019-CSMP-MA.



8. SIMP 000956-036/2022 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): CAOP SAÚDE - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Requerido(s): SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ESPERANTINOPOLIS

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SIMP Nº 000956-036/2022. VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA. FISCALIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA E BOLETINS EPIDEMIOLÓGICOS NO MUNICÍPIO DE ESPERANTINÓPOLIS/MA. COMPROVAÇÃO DA PUBLICIDADE DAS INFORMAÇÕES E DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES MINISTERIAIS. EXAURIMENTO DO OBJETO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. CONHECIMENTO DO ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 12 DA RESOLUÇÃO Nº 174/2017 DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, COM A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À PROMOTORIA DE ORIGEM, PARA SEU ARQUIVAMENTO.

9. SIMP 002489-509/2019 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM CHAPADINHA

Requerido(s): PREFEITO DE MATA ROMA, SECRETARIO DE EDUCAÇÃO DE MATA ROMA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 002489-509/2019. PROCEDIMENTO INSTAURADO PARA APURAR IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA W R C BEZERRA - EPP (PP 012, 019, 035 e 036/2017) PELO MUNICÍPIO DE MATA ROMA. PARECERES TÉCNICOS BASEADOS EM PARTES DE PROCESSOS OBTIDOS NO SACOP. AUSÊNCIA DE CÓPIA INTEGRAL DOS AUTOS QUE INVIABILIZA A ANÁLISE DE DIRECIONAMENTO, FRACIONAMENTO E SOBREPREGO. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA (MANDATO ENCERRADO EM 2020). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REGULARIDADE PROCEDIMENTAL. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 9º DA LEI DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA, ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP E ART. 107 DA RESOLUÇÃO Nº 09/2019 DO CSMP.

10. SIMP 002776-509/2019 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM CHAPADINHA

Requerido(s): JOÃO LÚCIO LIRA NETO

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP Nº 002776-509/2019. INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI MUNICIPAL (LEI Nº 460/2019) PARA BENEFICIAR SERVIDOR. GRATIFICAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA. COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DA GRATIFICAÇÃO A DIVERSOS OUTROS SERVIDORES. CESSAÇÃO DO PAGAMENTO DESDE 2021. INSUFICIÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS PARA COMPROVAR





DIRECIONAMENTO DA NORMA OU DOLO ESPECÍFICO. OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DA PRETENSÃO SANCIONATÓRIA. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO N. 23/2007 DO CNMP E ART. 107 DA RESOLUÇÃO N. 09/2019-CSMP-MA.

11. SIMP 003008-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): RAIMUNDO NONATO PEREIRA DOS SANTOS

Requerido(s): A APURAR

Ementa: NOTÍCIA DE FATO Nº 003008-509/2025 INSTAURADA PARA APURAR POSSÍVEL VIOLAÇÃO A DIREITO DE CRIANÇA, CONSISTENTE EM NEGAR INSERÇÃO EM UNIDADE DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE. SUPOSTA PRÁTICA DE ATO DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL. FALTA DE ATRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO COM DECLÍNIO AO ÓRGÃO COMPETENTE. EXISTÊNCIA DE AÇÃO JUDICIAL CIVIL PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E DE DANOS MORAIS. OBJETO COMPATÍVEL COM O APURADO NO PRESENTE PROCEDIMENTO. ESGOTAMENTO DAS PROVIDÊNCIAS INVESTIGATIVAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO POR FALTA DE JUSTA CAUSA PARA PROSEGUIR NA APURAÇÃO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NÃO ACOLHIDO PELO REPRESENTANTE MINISTERIAL PRESIDENTE DO FEITO. RECURSO QUE SE CONHECE POR SUA TEMPESTIVIDADE, MAS SE NEGA PROVIMENTO POR FALTA DE AMPARO LEGAL. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO ORGÃO DE EXECUÇÃO, DE ORIGEM, PARA AS PROVIDÊNCIAS LEGAIS. INCIDÊNCIA DO §3º DO ART. 4º DA RESOLUÇÃO N. 174/2007, DO CNMP C/C ART. 107 DA RESOLUÇÃO N. 09/2019 DO CSMP/MA.

12. SIMP 003136-267/2021 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): JOSE DILSON NOLETO VILARINHO JUNIOR, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO [ 1ªPJSI ]

Requerido(s): Josino Alves Catarino Neto

Ementa: INQUÉRITO CIVIL SIMP No 3136-267/2021. DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA. APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE ADVOCACIA E CONTABILIDADE. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS INVESTIGATÓRIAS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DOLO ESPECÍFICO OU PREJUÍZO AO ERÁRIO. SERVIÇOS



EFETIVAMENTE PRESTADOS. INEXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO N. 23/2007 DO CNMP E ART. 107 DA RESOLUÇÃO N. 09/2019-CSMP-MA.

13. SIMP 004413-509/2023 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Carlos César Gomes Brandão

Requerido(s): Centro de Cultura de Caxias/MA e adjacências

Ementa: INQUÉRITO CIVIL Nº 004413-509/2023 INSTAURADO PARA APURAR POSSÍVEL DANO AO ERÁRIO PÚBLICO NA CONSTRUÇÃO/REFORMA DE UMA PONTE LOCALIZADA NA AVENIDA MATADOURO NA CIDADE DE CAXIAS/MA. INVESTIGAÇÃO QUE, EMBORA TENHA COMPROVADO DEFICIÊNCIA NA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO, NÃO IDENTIFICOU SUPERFATURAMENTO GLOBAL NAS PARCELAS PAGAS DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO. PREJUÍZO AO ERÁRIO NÃO DEMONSTRADO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO POR FALTA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIR NA APURAÇÃO OU INGRESSAR COM MEDIDA JUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO COM FUNDAMENTO DO ART. 9º DA LEI DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA, ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP E ART. 107 DA RESOLUÇÃO Nº 09/2019 DO CSMP.

14. SIMP 005353-509/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA ANÔNIMA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM VÍNCULO DE PARENTESCO COM AGENTE POLÍTICO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FRAUDE. IRREGULARIDADES FORMAIS. AUSÊNCIA DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DE DOLO. LEI Nº 14.230/2021. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO N. 23/2007-CNMP C/C ART. 107 DA RESOLUÇÃO N. 09/2019 CSMP/MPMA.





15. SIMP 006957-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): ROGERIO CARNEIRO SOUSA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: NOTÍCIA DE FATO SIMP Nº 006957-509/2025. SUPOSTA FALSIFICAÇÃO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA A CONTINUIDADE DA INVESTIGAÇÃO. INTERVENÇÃO MINISTERIAL CRIMINAL DESNECESSÁRIA. NATUREZA CÍVEL DA CONTROVÉRSIA. DISPUTA DE PROPRIEDADE NA ESFERA CÍVEL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 4º DA RESOLUÇÃO N. 174/2017 DO CNMP E DO ART. 110 DA RESOLUÇÃO N. 09/2019 DO CSMP/MA.

16. SIMP 014654-500/2022 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 16ª REGIÃO - SÃO LUÍS, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM CHAPADINHA

Requerido(s): MUNICIPIO DE CHAPADINHA-MA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. CONTRATAÇÃO DE SERVIDORA SEM CONCURSO PÚBLICO. ART. 37, II, DA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APURAÇÃO DE POSSÍVEL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. VÍNCULO ENCERRADO. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO PRAZO QUINQUENAL. PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM. IRRETROATIVIDADE DO NOVO REGIME PRESCRICIONAL (LEI Nº 14.230/2021). TEMA 1.199 DO STF.

AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 10 DA RESOLUÇÃO N. 23/2007-CNMP C/C ART. 107 DA RESOLUÇÃO N. 09/2019 CSMP/MPMA.

17. SIMP 035660-500/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Ementa: INQUÉRITO CIVIL 035660-500/2024. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE EM UNIDADE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DE JANELAS PARA MELHOR FUNCIONAMENTO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO. ATUAÇÃO MINISTERIAL. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS E RECOMENDAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO POR MEIO DE RELATÓRIO TÉCNICO E REGISTRO FOTOGRÁFICO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE





ARQUIVAMENTO, NOS TERMOS DO ART.  
10 DA RESOLUÇÃO N. 23/2007-CNMP C/C ART. 107 DA RESOLUÇÃO N. 09/2019  
CSMP/MPMA.

## CONSELHEIRO FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA

1. SIMP 000100-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Maurício Palheta

Requerido(s): A APURAR

Ementa: PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR SUPOSTA PRÁTICA DE CRIMES PATRIMONIAIS, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E LAVAGEM DE DINHEIRO. ATUAÇÃO DE NÚCLEO FAMILIAR NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES RELIGIOSAS. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. AFASTAMENTO DE LAVAGEM DE CAPITAIS E ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA PELO LAB-LD. INDÍCIOS DE CRIMES TRIBUTÁRIOS. ALCANCE DO OBJETO DA INVESTIGAÇÃO MINISTERIAL. ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA DOS AUTOS À POLÍCIA JUDICIÁRIA PARA INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL. ARQUIVAMENTO DO PIC. HOMOLOGAÇÃO. RESOLUÇÃO Nº 181/2017 DO CNMP E ART. 28 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.

2. SIMP 000302-280/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): O Estado do Maranhão

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO HOSPITAL MACRORREGIONAL DE PRESIDENTE DUTRA/MÁ. ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PELO ÓRGÃO MINISTERIAL, COM REQUISIÇÕES AO CRM E À EMSERH. INÉRCIA DO ÓRGÃO DE CLASSE ACERCA DA PERMANÊNCIA DAS FALHAS. PRESUNÇÃO DE SANEAMENTO. INEXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. QUESTÕES REMANESCENTES DE CUNHO ESTRITAMENTE ADMINISTRATIVO A SEREM ACOMPANHADAS EM PROCEDIMENTO PRÓPRIO. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º DA LEI Nº 7.347/85 E ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP.

3. SIMP 000498-051/2022 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): MUNICIPIO DE TURILANDIA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. MUNICÍPIO DE TURILÂNDIA. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022. INEXISTÊNCIA DE PROVAS DE DESCONTINUIDADE DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE INDIQUEM DOLOU OU PREJUÍZO AO ERÁRIO. LEI Nº 8.429/92, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 14.230/2021. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO E DE DANO EFETIVO. FISCALIZAÇÃO



PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO. REGULARIDADE DO SERVIÇO COMPROVADA. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. RATIFICAÇÃO.

4. SIMP 000926-272/2026 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s):

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. APURAÇÃO DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO/MA. RETENÇÃO E NÃO REPASSE DE VALORES REFERENTES A EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS DE SERVIDORES MUNICIPAIS. AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (PROCESSO Nº 0805735-92.2025.8.10.0052). OFERECIMENTO DE REPRESENTAÇÃO CRIMINAL AO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA. DEMANDA INTEGRALMENTE SUBMETIDA AO PODER JUDICIÁRIO E À INSTÂNCIA SUPERIOR. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO CSMP Nº 11/2022. DESNECESSIDADE DE ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA PARALELA. INEXISTÊNCIA DE PROVIDÊNCIAS PENDENTES. ARQUIVAMENTO. CIÊNCIA PELO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

5. SIMP 001136-262/2019 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM CHAPADINHA, KAMILA MACEDO PINTO, VANIA CRISTINA LOPES DE SOUSA, WANDERLENE SILVA DO NASCIMENTO

Requerido(s): MAGNO AUGUSTO BACELAR NUNES, SALVIA ANDRADE AZEVEDO

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS. MUNICÍPIO DE CHAPADINHA. PREGÕES PRESENCIAIS PARA FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS. PARECERES TÉCNICOS DA ASTEC/PGJ QUE APONTAM FALHAS FORMAIS. MANUTENÇÃO DA COMPETITIVIDADE DO CERTAME NA MAIORIA DOS PROCEDIMENTOS. INEXISTÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE DESVIO DE RECURSOS PÚBLICOS OU DOLO ESPECÍFICO. AUSÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PROXIMIDADE DO DECURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL. ARQUIVAMENTO JUSTIFICADO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º DA LEI Nº 7.347/85, ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP E ART. 13 DA RESOLUÇÃO Nº 10/2009 DO CPMP.

6. SIMP 001210-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, DENÚNCIA SIGILOSA

Requerido(s): Município de Açailândia/MA, A APURAR

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA. MUNICÍPIO DE AÇAILÂNDIA. SUPOSTO ESQUEMA DE APARELHAMENTO DA MÁQUINA PÚBLICA E DIRECIONAMENTO DE LICITAÇÃO. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE OUTRO MUNICÍPIO. ATUAÇÃO PREVENTIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. EXERCÍCIO DA AUTOTUTELA PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. REVOGAÇÃO DO ATO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO E AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO. NÃO COMPROVAÇÃO DE VÍNCULOS FORMAIS OU MATERIAIS COM A OUTRA EMPRESA INVESTIGADA E COM TERCEIRO. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CONFIGUREM O DOLO ESPECÍFICO EXIGIDO PELA NOVA LEI DE IMPROBIDADE





ADMINISTRATIVA (LEI Nº 14.230/2021). INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA PARA JUSTIFICAR AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO.

7. SIMP 001281-509/2021 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA SIGILOSA - Ouvidoria do MP

Requerido(s): Prefeitura de São José de Ribamar

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM CONTRATO ADMINISTRATIVO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS. MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR. DENÚNCIA DE PAGAMENTO INDEVIDO DE TRANSPORTE ESCOLAR DURANTE O PERÍODO DE SUSPENSÃO DAS AULAS PELA PANDEMIA DA COVID-19. INCONSISTÊNCIAS FORMAIS CONSTATADAS. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO ESSENCIAL QUE COMPROVE DANO AO ERÁRIO OU DESVIO DE FINALIDADE. INSUFICIÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS MÍNIMOS PARA CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INSTRUÇÃO PROLONGADA POR QUASE QUATRO ANOS. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º DA LEI Nº 7.347/85 E ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP.

8. SIMP 001420-280/2023 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Controladoria e Ouvidoria Geral de Presidente Dutra - MA

Requerido(s): ARISTEU MORAES NUNES MARTINS

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES POR RETENÇÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NÃO UTILIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2022 PELA CÂMARA MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA. REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS. COMPROVAÇÃO DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES AO PODER EXECUTIVO. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO E PREJUÍZO AO ERÁRIO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI Nº 14.230/2021). ALCANCE DO OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º DA LEI Nº 7.347/85 E ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP.

9. SIMP 002068-265/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Antonio Silva Santos Júnior

Requerido(s): Secretaria de Saúde de Zé Doca

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO - RISPERIDONA. SUPOSTA OMISSÃO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E ESTADUAL. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS (TEMA 793 DO STF). ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. REGULARIZAÇÃO DO FORNECIMENTO NA VIA ADMINISTRATIVA. RESTABELECIMENTO DO ACESSO AO FÁRMACO. CONFIRMAÇÃO PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS E PELA PACIENTE. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL PARA AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO.





10. SIMP 002798-252/2018 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO E OUTRO

Requerido(s): PRESÍDIO REGIONAL DE TIMON-MA.

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. MEIO AMBIENTE E DIREITOS FUNDAMENTAIS. INVESTIGAÇÃO DESTINADA A APURAR A AUSÊNCIA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A PRECARIIDADE DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO PRESÍDIO REGIONAL DE TIMON-MA. ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS ESTRUTURAIS E OPERACIONAIS PELA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. COMPROVAÇÃO DE SANEAMENTO DAS IRREGULARIDADES. ALCANCE DO OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º DA LEI Nº 7.347/85, ART. 10 DA RESOLUÇÃO Nº 23/2007 DO CNMP E ART. 13 DA RESOLUÇÃO Nº 10/2009 DO CPMP.

11. SIMP 010058-500/2023 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): ESTADO DO MARANHÃO

Requerido(s): CARLOS IVAN GATINHO CASTRO

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAÇÃO DE IRREGULARIDADES NO FORNECIMENTO DE MERCADORIAS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE PEDREIRAS/MA. RELATÓRIO DA SEFAZ/MA E CRUZAMENTO DE DADOS PELO GAECO. DISCREPÂNCIA VOLUMOSA ENTRE ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS. FORTES INDÍCIOS DE EMISSÃO DE NOTAS FISCAIS INIDÔNEAS E INTERPOSIÇÃO FRAUDULENTA DE PESSOAS. REQUISIÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL À DELEGACIA ESPECIALIZADA DE COMBATE À CORRUPÇÃO (DECOOR). NECESSIDADE DE MEDIDAS INVESTIGATIVAS TÍPICAS DE PERSECUÇÃO PENAL. ATENDIMENTO À ORIENTAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2026 - GPGJ/CAO/PROAD. ESGOTAMENTO DO OBJETO NA ESFERA CIVIL INVESTIGATIVA. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. ART. 9º DA LEI Nº 7.347/85.

12. SIMP 050257-500/2024 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. APURAÇÃO DE DEFICIÊNCIAS NA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA DE UNIDADE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS/MA. NECESSIDADE DE REVISÃO DO SISTEMA DE ENERGIA E INSTALAÇÃO DE SUBESTAÇÃO ELÉTRICA. AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA ANTERIOR COM IDÊNTICO OBJETO (PROCESSO Nº 0830651-23.2023.8.10.0001). DEMANDA INTEGRALMENTE SUBMETIDA AO PODER JUDICIÁRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 11/2016 DO CSMP. DESNECESSIDADE DE ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA PARALELA. PERDA DE OBJETO. ARQUIVAMENTO. CIÊNCIA PELO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO



## CONSELHEIRO PAULO SILVESTRE AVELAR SILVA

1. SIMP 000084-062/2026 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Katy Milla

Ementa: NOTÍCIA DE FATO. DIRETO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SUPOSTA VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. UTILIZAÇÃO DE BASE DO SAMU PARA CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE DONATIVOS. VEREADORA E ENFERMEIRA DA UNIDADE. AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO DE PROMOÇÃO PESSOAL. CARÁTER INSTITUCIONAL E HUMANITÁRIO DA AÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO OU AO SERVIÇO PÚBLICO. INCIDÊNCIA DA LEI Nº 14.230/2021. PARECER PELA MANUTENÇÃO DO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

2. SIMP 000117-276/2026 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPECURU-MIRIM

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. PATRIMÔNIO PÚBLICO. CONVÊNIO 192/2010. RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS. LAPSO TEMPORAL SUPERIOR A 15 ANOS. PRESCRIÇÃO DAS SANÇÕES DA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (ART. 23 DA LEI 8.429/92, COM REDAÇÃO DA LEI 14.230/2021). PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO. TEMA 897 DO STF. IMPRESCRITIBILIDADE CONDICIONADA À COMPROVAÇÃO DE ATO DOLOSO. DILIGÊNCIAS INFRUTÍFERAS JUNTO À SINFRA E AO TCE/MA. INSTRUÇÃO PREJUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DOCUMENTAL. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

3. SIMP 000230-036/2018 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Maranhão em Esperantinópolis

Requerido(s): CARLOS IVAN GATINHO CASTRO

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. APURAÇÃO DE SUPOSTA IRREGULARIDADE NO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES POR PROFESSORES DA REDE ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE ESPERANTINÓPOLIS/MA. ESGOTAMENTO DAS VIAS INVESTIGATIVAS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DANO AO ERÁRIO, ENRIQUECIMENTO ILÍCITO OU VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INEXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

4. SIMP 000557-276/2018 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHAO

Requerido(s): MUNICÍPIO DE ITAPECURU-MIRIM, VIRTCOM EMPREENDIMENTOS LTDA, WP LIMA COMÉRCIO

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS OCORRIDOS NO ANO DE 2017.



INÉRCIA PROCESSUAL E DECURSO DO TEMPO. ADVENTO DA LEI Nº 14.230/2021. NOVA SISTEMÁTICA PRESCRICIONAL. ART. 23 DA LEI Nº 8.429/92. LAPSO TEMPORAL SUPERIOR A 8 (OITO) ANOS TRANSCORRIDO DESDE O FATO GERADOR. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO CÍVEL. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

5. SIMP 001263-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Fernanda Silva, MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): Município de São Luís

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO. UNIDADE DE ENSINO BÁSICO (UEB) PROFESSOR MAJOR AUGUSTO MOCHEL. INVESTIGAÇÃO ACERCA DE DEFICIÊNCIAS ESTRUTURAIS, CARÊNCIA DOCENTE E AUSÊNCIA DE PROFISSIONAIS DE APOIO PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA). ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA. COMPROVAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS OBRAS E RECOMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

6. SIMP 001759-283/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MUNICÍPIO DE BURITICUPU, MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): JOÃO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SUPOSTA OMISSÃO NO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES PÚBLICAS (LEI Nº 12.527/2011). ACÓRDÃO DO TCE/MA. APLICAÇÃO DE MULTA. COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DA SANÇÃO PECUNIÁRIA. VERIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTO ANTERIOR (NF 000530-283/2024) E JUDICIALIZAÇÃO DOS FATOS (MS Nº 0802265-96.2023.8.10.0028). RECONHECIMENTO JUDICIAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES. PAGAMENTO DA MULTA ADMINISTRATIVA COMPROVADO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

7. SIMP 003041-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA ANÔNIMA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SUPOSTO CONFLITO DE INTERESSES. LOCAÇÃO DE VEÍCULOS POR EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DA CAEMA JUNTO A EMPRESA DE PROPRIEDADE DE SERVIDORA DA COMPANHIA. ALTERAÇÕES DA LEI Nº 14.230/2021. EXIGÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DANO AO ERÁRIO OU ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DECORRENTE DE VERBA PÚBLICA. PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS ADOTADAS PELA CAEMA. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.





8. SIMP 003595-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, FALA BR

Requerido(s): MUNICÍPIO DE JOAO LISBOA, A APURAR

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INQUÉRITO CIVIL. INVESTIGAÇÃO DE NEPOTISMO E ACÚMULO ILEGAL DE CARGOS. MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA. AGENTES POLÍTICOS. SERVIDORES EFETIVOS. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS MÍNIMOS DE DOLO OU IRREGULARIDADE INSANÁVEL. DESMEMBRAMENTO DE OBJETO PARA O PROCEDIMENTO SIMP Nº 004418-509/2025. RISCO DE DUPLICIDADE PROCEDIMENTAL. PRINCÍPIO DA ECONOMIA PROCESSUAL. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

9. SIMP 003882-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): JEAN FERREIRA DE SOUSA

Requerido(s): ATLAS REPRESENTAÇÕES

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. SUPOSTA FRAUDE EM CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO ("GOLPE DA CONTEMPLAÇÃO IMEDIATA"). DILIGÊNCIAS INVESTIGATIVAS EXHAURIDAS. NÃO LOCALIZAÇÃO DA PARTE RECLAMADA E DE SEUS RESPONSÁVEIS LEGAIS. INÉRCIA REITERADA DO NOTICIANTE. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS MÍNIMOS DE MATERIALIDADE E INDÍCIOS DE AUTORIA. INVIABILIDADE DE PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

10. SIMP 004962-500/2020 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): MINISTÉRIO PÚBLICO CHAPADINHA/MA

Requerido(s): MUNICÍPIO DE MATA ROMA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM LICITAÇÕES (PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017) E CONTRATOS NO MUNICÍPIO DE MATA ROMA. RECURSOS DE NATUREZA FEDERAL ORIUNDOS DO FUNDEB E FNDE. INTERESSE JURÍDICO DA UNIÃO CARACTERIZADO. INCIDÊNCIA DO ART. 109, I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E SÚMULA 208 DO STJ. EXISTÊNCIA DE AÇÃO PENAL NA JUSTIÇA FEDERAL SOBRE OS MESMOS FATOS. PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO INSTAURADO PELO MPF. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

11. SIMP 006951-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Esta é uma manifestação anônima.

Requerido(s): A APURAR

Ementa: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. DIREITO À SAÚDE. SUPOSTA PRECARIIDADE EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS) NO POVOADO SANTA LUZIA. AVERIGUAÇÃO DE FALTA DE MEDICAMENTOS, PROFISSIONAIS E AMBULÂNCIA. DILIGÊNCIAS REALIZADAS. INSPEÇÃO PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA. CONSTATAÇÃO DE SITUAÇÃO ESTRUTURAL SATISFATÓRIA. ESCLARECIMENTOS PRESTADOS PELO MUNICÍPIO. FUNCIONAMENTO DA UNIDADE COMO ANEXO DE OUTRA UBS. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO ESTATAL OU JUSTA CAUSA PARA PROPOSITURA DE AÇÃO





CIVIL PÚBLICA. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP.  
HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

12. SIMP 007326-509/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): DENÚNCIA SIGILOSA

Requerido(s): A APURAR

Ementa: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO. DIREITO ADMINISTRATIVO E PATRIMÔNIO PÚBLICO. NOTÍCIA DE FATO ACERCA DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO CURSO DE NIVELAMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL (CNTP/2025) DA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO. PRORROGAÇÃO DE CRONOGRAMA E RESTRIÇÃO DE LOCOMOÇÃO DE DISCENTES. PODER DISCRICIONÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CARACTERIZADORES DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (LEI Nº 8.429/92). ATUAÇÃO DENTRO DA LEGALIDADE E DO REGRAMENTO MILITAR. INEXISTÊNCIA DE LESÃO AO ERÁRIO OU VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

13. SIMP 017028-500/2025 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Maria Arizete dos Santos, MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Requerido(s): CONSELHO TUTELAR ÁREA COHAB/COHATRAC

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. INFRAESTRUTURA URBANA. AUSÊNCIA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E IMPACTOS NA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS. BAIRRO MARACUJÁ E RESIDENCIAL NATUREZA (ZONA RURAL). ESGOTAMENTO DOS MEIOS EXTRAJUDICIAIS (RECOMENDAÇÃO E TAC). PERSISTÊNCIA DA OMISSÃO MUNICIPAL. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO ÀS PROMOTORIAS ESPECIALIZADAS (MEIO AMBIENTE). ATO REGULAMENTAR Nº 11/2022 E RESOLUÇÃO Nº 105/2021-CPMP. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

14. SIMP 028418-500/2020 (Protocolo Eletrônico)

Requerente(s): Coordenadoria de Processos Adm Disciplinares e Sindicância do TJ/MA

Requerido(s): RAIMUNDO NONATO DE ASSUNÇÃO SILVEIRA

Ementa: INQUÉRITO CIVIL. DIREITO ADMINISTRATIVO E NOTARIAL. INVESTIGAÇÃO DE FRAUDE EM ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA. SUPOSTA VIOLAÇÃO DE DEVER FUNCIONAL. CONSTATAÇÃO DE DOCUMENTO APÓCRIFO E FORJADO EXTERNAMENTE À SERVENTIA. SELO DE FISCALIZAÇÃO REUTILIZADO DE ATO DIVERSO. INEXISTÊNCIA DO LIVRO MENCIONADO NO ASSENTAMENTO DA SERVENTIA. AUSÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DO DELEGATÁRIO OU DE SEUS PREPOSTOS. COMUNICAÇÃO DO ILÍCITO REALIZADA PELO PRÓPRIO TITULAR. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO. PARECER PELO ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO CSMP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.





São Luís, 22 de maio de 2026  
Secretaria dos Órgãos Colegiados

